

Aula 06

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

08 de Junho de 2025

Índice

1) Questões Estratégicas - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Instituto AOC - Médio	3
2) Questionário de Revisão - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	14
3) Referências Bibliográficas	19



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/PM-PE/Soldado) Joaquim foi aprovado no concurso para Polícia Militar do Estado de Pernambuco e está frequentando o curso de formação. Durante a aula, vários direitos e deveres individuais e coletivos foram destacados pelo instrutor. Levando em consideração o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- b) a prática do racismo, da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis, sujeitos à pena de reclusão, nos termos da lei.
- c) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- d) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.
- e) a Constituição da República Federativa do Brasil estendeu aos militares a garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo, como o fez para outras categorias de trabalhadores.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Conforme inciso XVII, artigo 5º da Constituição Federal, é plena a liberdade de associação para fins lícitos, contudo é vedada a de caráter paramilitar.

Art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;



Letra B - **incorreta**. Conforme inciso XLII, artigo 5º da Constituição Federal, a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, enquanto com base no inciso XLIII, a prática da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins são crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Letra C - **correta**. Conforme inciso XLIV, artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Letra D - **incorreta**. Conforme alínea d, inciso XXXVIII, artigo 5º da Constituição Federal, é reconhecida a instituição do júri, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, não culposos.

Art. 5º, XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

(...)

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

Letra E - **incorreta**. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, tema 15, a Constituição Federal não estendeu aos militares a garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo, como o fez para outras categorias de trabalhadores.

(...) A CF não estendeu aos militares a garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo, como o fez para outras categorias de trabalhadores. [RE 570.177, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 30-4-2008, P, DJE de 27-6-2008, Tema 15, com mérito julgado.]

Gabarito: Letra C.

2. (Instituto AOCP/2024/PM-PE/Soldado) O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco foi acionado para combater um incêndio em um cartório de registro civil de pessoas naturais, o qual está localizado no térreo do apartamento de propriedade de um empresário



conhecido da cidade. Chegando ao local, os bombeiros se depararam com o incêndio e várias pessoas reunidas na rua, preocupadas com a queima de certidões de nascimento e de óbito arquivadas no cartório. Com base no enunciado e conforme o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Caso o empresário esteja no interior do seu apartamento, os bombeiros não poderão penetrar sem consentimento do morador para prestar socorro, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo.
- b) É gratuito para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, a certidão de óbito, mas não o registro civil de nascimento.
- c) No caso de iminente perigo público, os bombeiros poderão usar do apartamento do empresário, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- d) É gratuito para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento, mas não a certidão de óbito.
- e) Para que sejam legítimas as reuniões em locais abertos ao público, faz-se necessária prévia autorização da autoridade competente, que será concedida caso não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Caso o empresário esteja no interior do seu apartamento, os bombeiros poderão penetrar sem consentimento do morador para prestar socorro, conforme inciso XI, artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Letras B e D - **incorretas**. É gratuito para os reconhecidamente pobres, a certidão de óbito e o registro civil de nascimento, conforme alíneas a, b, inciso LXXVI, artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;*
- b) a certidão de óbito;*

Letra C - **correta**. Conforme inciso XXV, artigo 5º da Constituição Federal.



Art. 5º, XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Letra E - **incorreta**. Conforme inciso XVI, artigo 5º da Constituição Federal, todos podem reunir-se pacificamente, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Art. 5º, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, **independentemente de autorização**, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Gabarito: Letra C.

3. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Oficial de Promotoria) Considere a existência de um tratado internacional, cujas regras disciplinam a proteção aos direitos humanos, e que, dada a importância, há interesse de que ele ingresse na ordem jurídica brasileira. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta quanto aos requisitos necessários para que esse tratado seja incorporado ao ordenamento jurídico nacional como emenda constitucional.

- a) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros.
- b) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único de votação, sendo aprovado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único de votação, sendo aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- e) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

Comentários

A alternativa correta é a letra C, pois conforme disposto no § 3º, artigo 5º da Constituição Federal, os tratados internacionais, cujas regras disciplinam a proteção aos direitos humanos, serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em



dois turnos de votação, sendo aprovado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.

Art. 5º, § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Gabarito: Letra C.

4. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Considerando contexto da privacidade individual, assinale a alternativa que apresenta o mais recente direito fundamental inserido pelo legislador na Constituição da República.

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- b) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- c) É garantido o direito de herança.
- d) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.
- e) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Comentários

A alternativa correta é a letra B, pois o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, foi incluído na Constituição Federal por meio da Emenda nº 115 de 2022. As demais alternativas estão incorretas, pois são direitos assegurados desde a promulgação da Constituição em 1988.

Art. 5º, LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

Gabarito: Letra B.

5. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Assinale a alternativa que apresenta o enunciado constitucional que é violado com a quebra de sigilo fiscal praticada em processo administrativo disciplinar sem intervenção de autoridade judiciária.



- a) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- b) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- e) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Comentários

Letra A - **correta**. A quebra de sigilo fiscal praticada em processo administrativo disciplinar sem intervenção de autoridade judiciária viola o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Letra B - **incorreta**. O inciso VIII do artigo 5º da Constituição Federal assegura a liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica, não estando relacionado à quebra de sigilo fiscal.

Art. 5º, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Letra C - **incorreta**. O inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal assegura a inviolabilidade domiciliar, não o sigilo fiscal.

Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Letra D - **incorreta**. O inciso XVII, do artigo 5º da Constituição Federal assegura o direito de associação, não o sigilo fiscal.

Art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;



Letra E - **incorreta**. O inciso LVI do artigo 5º da Constituição Federal estabelece a inadmissibilidade de provas ilícitas, não estando relacionado ao sigilo fiscal.

Art. 5º, LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

Gabarito: Letra A

6. (Instituto AOCP/2022/IFNMG/Técnico em Laboratório) De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Com base nesse dispositivo e seus incisos, assinale a alternativa correta.

- a) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, sendo contudo afastado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia.

Comentários

Letra A - **incorreta**. O inciso X do artigo 5º da Constituição Federal assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente daquela.

Art. 5º, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Letra B - **incorreta**. O inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal assegura a inviolabilidade domiciliar, ninguém podendo nele penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, e não durante a noite, por determinação judicial.



Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, **durante o dia, por determinação judicial**;

Letra C - **correta**. Conforme o inciso XVII do artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

Letra D - **incorreta**. O inciso XVIII do artigo 5º da Constituição Federal não exige autorização para a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, e ainda veda a interferência estatal em seu funcionamento.

Art. 5º, XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

Letra E - **incorreta**. Conforme o inciso XXV do artigo 5º da Constituição Federal, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, não prévia, se houver dano.

Art. 5º, XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Gabarito: Letra C.

7. (Instituto AOCP/2022/EMBASA/Assistente de Saneamento) A Constituição da República prevê direitos e garantias fundamentais, em especial direitos e deveres individuais e coletivos. Em relação a estes últimos, assinale a alternativa correta.

- a) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- c) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
- d) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- e) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.



Comentários

Letras A e C - **incorretas**. O enunciado da questão busca a alternativa correta referente aos direitos e garantias fundamentais, mais precisamente, dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, contudo o § 2º, do artigo 201, e também o *caput* do artigo 203 estão dispostos no título VIII, dos direitos sociais, não dos direitos e garantias fundamentais.

Art. 201, § 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

(...)

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

Letra B - **correta**. O inciso IV, do artigo 5º da Constituição Federal, está disposto no Título II, "dos direitos e garantias fundamentais", mais precisamente no Capítulo I, "dos direitos e deveres individuais e coletivos", sendo assim o gabarito da questão.

Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Letras D e E - **incorretas**. O enunciado busca a alternativa correta referente aos direitos e garantias fundamentais, mais precisamente, dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, contudo o inciso VI, do artigo 8º, e também o *caput* do artigo 9º, apesar de dispostos no Título II, "dos direitos e garantias fundamentais", pertencem ao Capítulo II, "dos direitos sociais", não dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Art. 8º, VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

(...)

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Gabarito: Letra B.

8. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) Aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país é garantida a inviolabilidade à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sobre os direitos e as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.



- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida inclusive a de caráter paramilitar.
- b) É assegurado a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte, exceto quando for necessário ao exercício profissional.
- c) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- d) As entidades associativas, a qualquer tempo e em qualquer situação, possuem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- e) É inviolável a liberdade de consciência e de crença religiosa, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos na forma cristã e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Comentários

Letra A - **incorreta**. A Constituição Federal garante, no inciso XVII, do artigo 5º, o direito a plena liberdade de associação para fins lícitos, porém veda a de caráter paramilitar.

- Art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, **vedada** a de caráter paramilitar;

Letra B - **incorreta**. O inciso XIV, do artigo 5º, da Constituição Federal, assegura a todos o acesso à informação, e resguarda o sigilo da fonte quando for necessário ao exercício profissional.

Art. 5º, XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e **resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional**;

Letra C - **correta**. Conforme disposto no inciso VIII, do artigo 5º, da Constituição Federal.

Art. 5º, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Letra D - **incorreta**. Conforme o inciso XXI, do artigo 5º da Constituição Federal, as entidades associativas possuem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, quando expressamente autorizadas.

Art. 5º, XXI - as entidades associativas, **quando expressamente autorizadas**, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;



Letra E - **incorreta**. A liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica, asseguradas pelo inciso VI do artigo 5º da Constituição Federal, estão em sintonia com a previsão de o Brasil ser um Estado laico, como dispõe o inciso I, do artigo 19, assim não há falar em restrição de religião para o exercício de tal direito.

*Art. 5º, VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o **livre exercício dos cultos religiosos** e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;*

(...)

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Gabarito: Letra C.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

Teoria geral dos direitos fundamentais

1. Quais são as três gerações de direitos fundamentais classicamente identificadas pela doutrina?

Direitos fundamentais na CF/88

2. Qual o princípio-matriz de todos os direitos fundamentais?
3. De acordo com art. 5º, § 1º, da CF/88, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais possuem aplicação imediata. O que isso significa?
4. Qual o status dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário?

Catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º, *caput* e incisos I a LXXVIII da CF/88

5. O direito à vida abrange apenas a vida extrauterina?
6. O direito à vida é absoluto?
7. A liberdade de expressão é absoluta?
8. É possível adentrar à casa, sem consentimento do morador, para prestar socorro, durante a noite?
9. Caso a autoridade competente use propriedade particular, no caso de iminente perigo público, deverá indenizar o proprietário?
10. Quem deve responder pelos crimes hediondos?
11. O que assevera o princípio da intransmissibilidade da pena?
12. O que a CF/88 fala sobre as presidiárias cujos filhos estão em período de amamentação?
13. É possível restringir-se a publicidade dos atos processuais?



14. O que a Constituição assegura ao condenado por erro judiciário, bem como ao que ficar preso além do tempo fixado na sentença?

Remédios constitucionais (art. 5º, incisos LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII e LXXVII)

15. O *habeas corpus* possui característica repressiva ou preventiva?

16. O mandado de segurança possui natureza civil ou penal?

17. É cabível mandado de segurança contra lei?

18. É possível mandado de injunção para suprir falta de norma regulamentadora infraconstitucional?

19. O que é "cidadão" para fins de propositura de ação popular?

Perguntas com respostas

Teoria geral dos direitos fundamentais

1. Quais são as três gerações de direitos fundamentais classicamente identificadas pela doutrina?

São os direitos de primeira, segunda e terceira :

Primeira geração: direitos que caracterizam um dever de abstenção estatal aos indivíduos, a fim de livrá-los da ingerência abusiva do Estado. Realçam o princípio da liberdade, com foco no homem individualmente considerado, consagrando direitos civis e políticos.

Segunda geração: direitos que caracterizam uma obrigação de fazer estatal em prol da população, por meio de políticas e serviços públicos, com a finalidade de proporcionar igualdade e bem-estar à população. Realçam o valor-fonte igualdade, consagrando direitos econômicos, sociais e culturais.

Terceira geração: direitos que transcendem os interesses individuais para se preocupar com a coletividade, consagrando direitos transindividuais, supraindividuais, de titularidade coletiva ou difusa. Realçam o princípio da fraternidade, consagrando os direitos difusos e os coletivos.



Direitos fundamentais na CF/88

2. Qual o princípio-matriz de todos os direitos fundamentais?

Princípio da dignidade da pessoa humana¹ (art. 1º, inciso III da CF/88).

3. De acordo com art. 5º, § 1º, da CF/88, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais possuem aplicação imediata. O que isso significa?

Significa que essas normas são aplicáveis desde já no limite do possível, até onde haja condições para seu atendimento por parte das instituições – inclusive o Poder Judiciário não pode deixar de aplicá-las, caso provocado em uma situação concreta nelas garantida.

4. Qual o status dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário?

Possuem status de norma supralegal: situam-se hierarquicamente logo abaixo da Constituição e acima das demais normas do ordenamento jurídico.

Catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º, *caput* e incisos I a LXXVIII da CF/88

5. O direito à vida abrange apenas a vida extrauterina?

Não, abrange também a vida intrauterina.

6. O direito à vida é absoluto?

Não, é relativo, já que a CF/88 admite a possibilidade de pena de morte em caso de guerra declarada (art. 5º, inciso XLVII).

7. A liberdade de expressão é absoluta?

Não, apesar de ser vedada a censura, a liberdade de expressão é limitada por outros direitos fundamentais, como, por exemplo, a inviolabilidade da privacidade e da intimidade do indivíduo.

8. É possível adentrar à casa, sem consentimento do morador, para prestar socorro, durante a noite?

¹ Lenza, 2016, p. 1164.



Sim, para prestar socorro, é possível adentrar à casa a qualquer hora, sem consentimento do morador, conforme redação do art. 5º, XI da CF/88.

9. Caso a autoridade competente use propriedade particular, no caso de iminente perigo público, deverá indenizar o proprietário?

Só se houver dano é que haverá indenização ulterior (art. 5º, XXV da CF/88).

10. Quem deve responder pelos crimes hediondos?

Os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem (art. 5º, XLIII da CF/88).

11. O que assevera o princípio da intransmissibilidade da pena?

Assevera que a pena só pode ser cumprida pelo condenado, não por terceiros (art. 5º, XLV da CF/88).

12. O que a CF/88 fala sobre as presidiárias cujos filhos estão em período de amamentação?

A Constituição assegura às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (art. 5º, L da CF/88).

13. É possível restringir-se a publicidade dos atos processuais?

Sim, desde que por lei, quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem art. 5º, LX da CF/88.

Remédios constitucionais (art. 5º, incisos LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII e LXXVII)

14. O que a Constituição assegura ao condenado por erro judiciário, bem como ao que ficar preso além do tempo fixado na sentença?

Assegura indenização por parte do Estado (art. 5º, LXXV da CF/88).

15. O *habeas corpus* possui característica repressiva ou preventiva?

O *habeas corpus* pode ser tanto repressivo (para devolver ao indivíduo a liberdade de locomoção que já foi perdida) quanto preventivo (para resguardar o indivíduo de uma eventual perda da liberdade de locomoção).

16. O mandado de segurança possui natureza civil ou penal?



O mandado de segurança tem natureza civil, embora possa ser utilizado em processos penais.

17. É cabível mandado de segurança contra lei?

Sim, desde que seja uma lei de efeitos concretos (jamais lei em tese – de caráter geral e abstrato).

18. É possível mandado de injunção para suprir falta de norma regulamentadora infraconstitucional?

Não! O mandado de injunção somente repara falta de regulamentação de direito previsto na Constituição Federal.

19. O que é "cidadão" para fins de propositura de ação popular?

Cidadão é a pessoa natural no gozo da capacidade eleitoral ativa, ou seja, um brasileiro nato ou naturalizado no gozo de seus direitos políticos.

...



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.